

MUDANÇAS SISTÊMICAS, CONTINUIDADES ESTRUTURAIS: A POSIÇÃO PERIFÉRICA DO ESPAÇO SUL-ATLÂNTICO NO SISTEMA MUNDIAL MODERNO

Systemic Changes, Structural Continuities: The Peripheral Position of the South Atlantic Space in the Modern World-System

Isabella Cruzichi¹

¹Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: isabellacruzichi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9594-1115>.

Lucca Medeiros da Silva²

²Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: medeirosdasilva.lucca@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8631-4208>.

Vinicius Zanchin Baldissera³

³Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: vinicius.zanchin@ufrgs.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3605-4398>.

Recebido em: 22/03/2026 | Aceito em: 27/04/2026.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças de ordem no Sistema Internacional Moderno e seus desdobramentos para a geopolítica sul-atlântica. Nesse sentido, questiona-se de que forma as mudanças sistêmicas condicionam as dinâmicas de poder no espaço sul atlântico e quais elementos de continuidade podem ser identificados? Assim a hipótese levantada sugere que o Atlântico Sul pode ser entendido como uma periferia de primeira importância, tendo em vista que todos aqueles que exerceram o papel de hegemonias do Sistema tiveram sua presença consolidada na região. Apesar disso, o valor estratégico deste espaço não se mantém constante, variando de importância nos momentos de Ordem e de ausência da mesma. Dessa forma, o elemento de continuidade pode ser encontrado na posição estrutural de periferia ocupada pelo Atlântico Sul e pelos continentes limítrofes (África e América do Sul) no Sistema Mundial Moderno.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Geopolítica; Transição Sistêmica

ABSTRACT

This study aims to analyze systemic changes in the Modern International System and their implications for South Atlantic geopolitics. In this regard, it asks how systemic transformations shape power dynamics in the South Atlantic space and which elements of continuity can be identified. The central hypothesis suggests that the South Atlantic can be understood as a strategically significant periphery, given that all hegemonic powers within the system have historically established a presence in the region. Despite this, the strategic value of the South Atlantic has not remained constant, varying according to periods of systemic order and disorder. Thus, the main element of continuity lies in the structural peripheral position occupied by the South Atlantic and its surrounding continents (Africa and South America) within the Modern World-System.

Keywords: South Atlantic; Geopolitics; Systemic Transition.



INTRODUÇÃO

Desde o desenvolvimento do Sistema Mundial Moderno, o Atlântico Sul foi alvo do interesse de atores externos devido a sua posição geopolítica, que durante séculos foi passagem obrigatória para as rotas marítimas que ligavam a Europa às suas colônias ao redor do mundo (Coutau-Bégarie, 1985; Penha, 2011). Das margens do Atlântico Sul, ainda, as grandes potências europeias extraíram os recursos materiais e humanos que permitiram sua industrialização e tornaram pujantes seus impérios (Costa e Silva, 2022; Visentini, 2022). Também é por suas águas que boa parte da Antártica pode ser acessada, assim como seus recursos, cada vez mais cobiçados (Câmara, de Melo, 2018).

Nesse sentido, questiona-se de que forma as mudanças sistêmicas condicionam as dinâmicas de poder no espaço sul atlântico e quais elementos de continuidade podem ser identificados. A hipótese levantada sugere que o Atlântico Sul pode ser entendido como uma periferia de primeira importância, tendo em vista que todos aqueles que exerceram o papel de hegemonias do Sistema tiveram sua presença consolidada na região. Apesar disso, o valor estratégico deste espaço não se mantém constante, variando de importância nos momentos de Ordem e de ausência da mesma. Dessa forma, o elemento de continuidade pode ser encontrado na posição estrutural de periferia ocupada pelo Atlântico Sul e pelos continentes limítrofes (África e América do Sul) no Sistema Mundial Moderno.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar as mudanças de ordem no Sistema Internacional Moderno e seus desdobramentos para a geopolítica sul-atlântica. O método histórico-comparativo foi adotado, reconhecendo-se as vantagens significativas que a história oferece ao realizar comparações globais, tornando o passado, com suas regras e diferenças, a base fundamental para qualquer compreensão séria do tempo presente (Merle, 1987; Braudel, 2009).

Portanto, a análise histórica nos permite observar que os processos na região do Atlântico Sul não são isolados dos processos sistêmicos e de longa duração que se desenvolvem no Sistema Mundial Moderno (Braudel, 1990; Wallerstein, 1974; Halliday, 2007). Utiliza-se como ferramenta de pesquisa a revisão bibliográfica e documental (Gerhardt; Silveira, 2009; Prodanov; Freitas, 2013).



Desde o sistema mundial antigo, os mares desempenharam um papel relevante para o progresso das civilizações, na antiguidade clássica o mar já representava um veículo de projeção de poder – como no caso da *Pax Romana* que consolidou o Mediterrâneo em um *mare nostrum*. No entanto, até a idade moderna a história foi construída por impérios (romano, chinês e o russo) que se caracterizavam por dominar extensas áreas continentais e entre os quais as relações internacionais ocorriam fundamentalmente por rotas terrestres (Rota da Seda e Rota Transaariana). Foi no século XVI, com o nascimento do sistema moderno de Estados que se consolidou uma mudança geopolítica fundamental, por meio da ascensão do Atlântico como o novo espaço dinâmico global, culminando na formação dos impérios ultramarinos. Desde então, o fator marítimo passou a condicionar as relações internacionais e os oceanos tornaram-se a base processual de diferentes conjunturas ao longo dos séculos (Castro, 1997).

O domínio do Atlântico representou um elemento chave da expansão europeia. O desenvolvimento de uma atividade geopolítica mais intensa nessa região deveu-se em grande medida às características físicas desse espaço. Abrangendo cerca de 24% da superfície da terra, banhando 65 países com realidades políticas, econômicas e militares extremamente distintas (Correia, 2010), o Atlântico se difere do Pacífico e do Índico por não possuir obstáculos entre as duas zonas polares. Também se localizam nele três importantes charneiras mundiais: a do Cabo da Boa Esperança; a do Canal do Panamá; e a do Estreito de Magalhães. Para além disso, suas costas possuem apenas dobras montanhosas, que são melhores para instalações portuárias, em comparação ao Pacífico, por exemplo, que é conformado por um cinturão vulcânico (Castro, 1984).

A divisão do Atlântico em duas zonas geoestratégicas não corresponde à delimitação geográfica traçada pela Linha do Equador⁴. A delimitação oficial mais específica foi feita pelo Livro Branco de Defesa que circunscreveu a região entre o “[...] paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores” (Brasil, 2012, p. 39).

⁴ A definição do Atlântico Sul surgiu no século XVI com os cartógrafos portugueses que estabeleceram os limites do Equador, do Trópico de Câncer e do Círculo Polar como um condomínio exclusivo da coroa lusitana. No século XIX, os ingleses consolidaram essa subdivisão (Pimentel, 2015). Já o Atlântico Norte foi definido em 1949 no artigo 6º do Tratado da OTAN como tudo que se encontra ao norte do Trópico de Câncer (23° 26'). Na realidade a divisão do Atlântico ocorre na área que o entorse continental sul-americano – saliente nordestino – projeta-se para a protuberância da África Ocidental. A linha divisória, portanto, é uma linha inclinada que liga Natal (ao sul) e Dakar (ao norte) (Castro, 1984).



A presente pesquisa assume a definição de Penha (2011), que, de modo muito semelhante ao documento brasileiro, localiza a bacia do Atlântico Sul limitada ao norte pela linha que vai desde o Amapá até a Maurîtânia, permeando o arquipélago de Cabo Verde, e se estendendo ao sul até o paralelo 60º referido no Tratado da Antártica (1991), que demarca fronteira norte do Oceano Antártico.

Desse modo, o espaço marítimo do Atlântico Sul é delimitado por três frentes continentais (América, África e Antártida) e três corredores (Natal-Dakar, Estreito de Drake e Passagem do Cabo). Essa configuração, diferente da bacia fechada do Atlântico Norte, confere ao Atlântico Sul um papel estratégico como corredor vital de conexão entre os grandes oceanos (Castro, 1984). A margem sul-americana é composta por apenas três Estados (Argentina, Brasil e Uruguai), cuja relação evoluiu de tensionamentos até os anos 1980 para uma dinâmica cooperativa posteriormente. Em contraste, a margem africana reúne 21 Estados com realidades econômicas, sociais e militares heterogêneas. Essa região se destaca como uma das principais fontes de recursos energéticos do mundo, especialmente no Golfo da Guiné.

Ademais, o Atlântico austral desde a suspensão dos programas nucleares brasileiro, argentino e sul africano, está livre da proliferação nuclear e de mísseis de médio e grande alcance. A região também beneficia-se do isolamento em relação ao Pacífico, principal teatro de disputas globais. Na ordem pós-Guerra Fria, a região desponta como rica em recursos estratégicos, integrando o deslocamento do eixo energético para o sul, impulsionado por jazidas no Golfo da Guiné e no pré-sal brasileiro. A região torna-se ainda mais atrativa por ser desmilitarizada, com baixo risco de conflito e fácil acesso aos recursos. Embora tais recursos gerem disputas entre potências extrarregionais, representam oportunidade para os Estados ribeirinhos impulsionarem industrialização e integração produtiva, podendo agregar valor tecnológico aos bens exportados (Brozowski; Padula, 2016).

Assim, percebe-se que o Atlântico Sul reveste-se de importância estratégica para as grandes potências (Pereira, 2013), sendo uma periferia fundamental da qual qualquer centro de poder que se pretende mundial necessita se fazer presente para se projetar globalmente. Seria leviano afirmar, no entanto, que o Atlântico Sul desfruta sozinho dessa condição e o presente estudo não se propõe a isso, mas é inevitável concluir, ao observar o desenvolvimento dos últimos cinco



séculos, que a presença no espaço sul-atlântico foi importante para que as hegemonias fossem estabelecidas (Coutau-Bégarie, 1985).

Mais que isso, podemos observar também que a importância do Atlântico Sul não se mantém constante, sendo suscetível às mudanças de polaridade do Sistema. Assim, fica evidente que nos momentos de instabilidade, em que há ausência de uma Ordem internacional, a região adquire valor estratégico para aqueles atores que pleiteiam oportunidades de se consolidar como um polo de poder relevante. Já naqueles momentos em que há estabilidade e uma Ordem consolidada, naturalmente a região vê o declínio das disputas pela presença no seu espaço, haja vista a presença consolidada de um ator hegemônico dentro de uma Ordem coesa que, assim que começa a dar os primeiros sinais de desgaste, novamente leva o Atlântico Sul ao centro das disputas.

Para a consecução do objetivo proposto, o texto está estruturado em três seções, excetuando-se a introdução e a conclusão. As duas primeiras pretendem discutir os conceitos teóricos de hegemonia e de ordens sistêmicas e, a partir disso, analisar os ciclos hegemônicos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, respectivamente, observando como o espaço atlântico foi incorporado a essas duas ordens em seus momentos de ascensão, apogeu e crise. Em sequência, a terceira seção traz um olhar analítico aprofundado para o momento atual de crise e transição sistêmica, no qual o Atlântico Sul demonstra-se estrategicamente relevante no contexto da disputa entre os pólos de poder tanto em declínio quanto emergentes, apesar de manter sua posição estrutural de periferia no Sistema Mundial Moderno.

AS DISCUSSÕES SOBRE HEGEMONIA E ORDENS SISTÊMICAS NOS MARCOS TEÓRICOS DO SISTEMA-MUNDO

Para Wallerstein (2001), o Sistema Mundial Moderno se desenvolveu durante o longo século XVI, na Europa, englobando a América, e conseqüentemente o Atlântico Sul, como periferia. A partir disso, expandiu-se até se tornar um sistema global, fundamentalmente capitalista. Seu surgimento e expansão decorrem do surgimento e expansão das dinâmicas capitalistas na Europa com o declínio das relações típicas da Idade Média e teve como uma de suas características a expansão marítima dos nascentes Estados Nacionais da Europa Ocidental (Wallerstein, 1974).



Tal transição ocorreu pela primazia das redes de acumulação de capital sobre as redes de poder, subordinando-as à lógica econômica. Dessa dinâmica resultou a fusão entre Estado e capital na Europa, que impulsionou a formação de um sistema capitalista de alcance global sustentado pelo comércio e pelo controle das rotas marítimas. Isto é, a expansão da produção material, do comércio e do consequente acúmulo de capital público e privado em determinado Estado passou, gradativamente, a ser o objetivo mais relevante do que a pura expansão do poder por meio da conquista de novos territórios (Arrighi, 2013).

A consolidação dessas estruturas político-econômicas centralizadas foi fundamental para a expansão do comércio interno e externo, potencializando e uniformizando o fluxo de mercadorias. Observa-se que esses Estados possibilitaram as expedições mercantis que permitiram a expansão e o próprio desenvolvimento deste novo Sistema. Além de ser essencialmente capitalista, outra característica basilar do Sistema Mundial Moderno é o fato de que ele é hierarquizado, havendo uma clara diferença de poder e capacidades entre o centro desenvolvido desse sistema e a sua periferia agrária-exportadora.

Partindo dessa perspectiva, podemos observar como a região do Atlântico Sul se comportou como periferia desde sua inserção nas dinâmicas sistêmicas ao longo do século XVI (Wallerstein, 1974). Assim, o Atlântico Sul esteve inserido em maior ou menor grau nas disputas entre as grandes potências em diferentes fases sistêmicas: Portugal, Espanha, Holanda e França (do século XV ao XVIII), durante o período mercantil; Grã-Bretanha (século XIX) durante a *Pax Britannica*; Estados Unidos (EUA), Alemanha e União Soviética (URSS) durante o período de crise e transição que levam à Guerra Fria; e, à *Pax Americana*, que se constituiu como uma ordem bipolar limitada sob hegemonia estadunidense (Arrighi, 2013).

A análise histórica de longa duração permite-nos observar que os eventos disruptivos, ou seja, as mudanças que ocorrem no Sistema Internacional e que geram disputas por domínio entre as potências sempre que não há um ator dominante, ou o mesmo encontra-se decadente, inserem-se em processos de longa duração que fazem parte da estrutura do próprio Sistema (Braudel, 1990). O Sistema, intrinsecamente capitalista, é caracterizado pela sua renovação constante, não podendo se dar ao luxo de estagnar, sendo assim contínuo (Wallerstein, 2001).



Desta maneira, apesar da importância das rupturas e mudanças, devemos nos atentar àquilo que permanece (Braudel, 1990), ou seja, a compreensão de que a estabilidade é curta e de que a hegemonia, que leva a períodos mais ordeiros e estáveis, tem custos significativos para o hegemon, o que inexoravelmente o levará ao desgaste. Concomitantemente, e quiçá em razão do próprio enfraquecimento, outro (ou outros) ator desafiante fortalecer-se-á e desafiará o ator decadente (Cox, 1981; Arrighi, 2013). Assim, o Sistema segue um caminho claro de alternância entre momentos de ordem e momentos de desordem que, dialeticamente, alavancam um novo ator capaz de ordená-lo novamente (Arrighi; Silver, 2001).

Arrighi (2013, p. 27) define hegemonia como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”, ou seja, de estabelecer uma Ordem. Essa liderança não se limita à dominação, mas deve ser também intelectual e moral, promovendo valores de caráter universal. Arrighi (2013) entende que a hegemonia combina elementos de consentimento e coerção, articulando-se tanto pela busca de poder no sistema interestatal quanto pela legitimação interna diante dos cidadãos.

Em obras posteriores, Arrighi e Silver (2001) reforçam a distinção entre dominação e liderança, ressaltando que esta última decorre da capacidade de um hegemon apresentar-se como representante de um interesse geral, superando a lógica da força pura. Essa concepção aproxima-se da ideia gramsciana de “inflação do poder”, na medida em que a dominação é legitimada pela credibilidade de atender não apenas aos interesses do grupo dominante, mas também dos subordinados. Assim, a hegemonia pressupõe um componente ideológico-moral que, aliado ao domínio econômico-militar, permite ao hegemon ordenar o sistema internacional, estabelecendo uma Ordem. Conforme observa Cox (1981), tal liderança só se sustenta mediante o consenso dos demais atores que disputam espaço no sistema.

Em relação à estabilidade e configuração de uma determinada Ordem, Mearsheimer (2001) afirma que quanto maior a quantidade de grandes potências, maior a disputa por poder e, consequentemente, maior a instabilidade de uma Ordem. Isso ocorre pela diluição do poder e também pelo fato de que quanto menor a quantidade de grandes potências, mais díspares são suas capacidades, havendo um desequilíbrio entre elas. Também, maior é a quantidade de potências menores e menos duradouras e estáveis são as alianças. Assim, quanto maior a



quantidade de grandes potências em uma Ordem, menor é sua estabilidade e maiores são as chances de desequilíbrio e conflito.

O PAPEL DO ATLÂNTICO SUL NA ASCENSÃO E CRISE DAS ORDENS HEGEMÔNICAS: DA PAX BRITÂNICA À PAX AMERICANA

Tendo como eixo norteador os conceitos teórico metodológicos discutidos no tópico anterior é possível afirmar que período hegemônico exercido pela Grã-Bretanha (1770-1870) foi estruturado a partir de dois eixos principais: o expansionismo vitoriano e a produção industrial. A estratégia de organização sistêmica para que esses objetivos fossem atingidos foi configurada sobre o sistema de Viena (1815), o qual fomentou estruturas de poder fragmentadas no continente europeu, instaurando a política de equilíbrio de poder fundada na aliança com os Estados absolutistas cujo predomínio era contrabalanceado na Europa pela França, e nas Américas pelos EUA. As principais condicionantes desse sistema eram o *gap* de desenvolvimento industrial dos demais países em relação a Grã-Bretanha e o domínio sobre os mares da Royal Navy (Renouvin, Duroselle, 1967).

A exemplo disso, durante o auge da *Pax Britannica* (1815-1870), o Atlântico Sul foi progressivamente incorporado às dinâmicas sistêmicas sob hegemonia britânica. A supremacia naval do Reino Unido permitiu não apenas o controle das principais rotas marítimas, mas também a imposição de um regime de livre-comércio que consolidava a centralidade britânica no comércio global (Arrighi, 2013; Penha, 2011), sendo a principal instituição de sua Ordem. A abolição gradual do tráfico transatlântico de escravizados, em grande medida imposta pelo poder naval britânico, não representou apenas uma questão humanitária, mas sobretudo uma estratégia para reconfigurar os fluxos comerciais e fortalecer novas formas de inserção econômica da região, vinculadas ao fornecimento de matérias-primas e gêneros agrícolas destinados às indústrias do centro (Rodrigues, 1964). Nesse contexto, o Atlântico Sul foi reorganizado como um espaço subordinado à lógica de acumulação britânica, tornando-se parte da Ordem liberal do Reino Unido.

Além disso, a presença britânica no Atlântico Sul se manifestou por meio da integração das economias sul-americanas e africanas aos interesses de Londres, ao mesmo tempo em que a



comunicação independente entre as duas margens do Atlântico Sul era cortada, de modo a estabelecer uma “grande muralha invisível” que impedia as relações entre a América do Sul e a África de maneira direta (Costa e Silva, 2022). Nesse contexto, é fundamental distinguir as diferentes formas de exercício do poder hegemônico britânico. Por um lado, havia o controle colonial direto, especialmente em territórios africanos, onde a presença britânica se estabelecia por meio da ocupação territorial e da administração política direta. Por outro, no caso de países formalmente independentes, como Brasil e Argentina, o Reino Unido exerceu um controle indireto, de caráter diplomático, comercial e militar, baseado em acordos, pressões e intervenções pontuais que limitavam a soberania desses Estados.

A relação com Portugal, por meio de acordos comerciais, permitiu uma inserção inicialmente não militar, mas diplomático-comercial, que, a longo prazo, viabilizou a expansão de sua influência sobre a região. A apropriação de ilhas estratégicas ao redor do mundo, muitas das quais permanecem sob domínio britânico, garantiu pontos de apoio e abastecimento para suas embarcações, consolidando sua posição como “polícia dos mares”. O domínio das ilhas do Atlântico Sul foi central nesse processo, tanto para o estabelecimento de bases navais quanto para o controle das rotas comerciais. Destaca-se o caso das Ilhas Malvinas, cuja ocupação pela força em 1833 evidencia uma forma distinta de exercício do poder imperial, baseada na usurpação territorial direta. A partir dessas posições estratégicas, tornou-se possível controlar o Cabo Horn e a Passagem de Drake, além de assegurar acesso à Antártica (Castro, 1976).

Paralelamente, a atuação britânica no combate ao tráfico de escravizados revela outro aspecto de sua projeção de poder sobre Estados independentes. O Reino Unido intensificou suas ações, que frequentemente extrapolavam o combate em alto-mar, incluindo incursões em território brasileiro, violando sua soberania e gerando protestos diplomáticos. Além disso, registraram-se episódios de sabotagem e saques a navios brasileiros por parte da Royal Navy, bem como exercícios navais na costa do Brasil com caráter intimidador. Tais práticas evidenciam que, mesmo sem dominação colonial formal, o Brasil estava inserido em uma lógica de subordinação à ordem liberal da Coroa britânica, marcada por mecanismos de coerção e dependência (Vidigal, 1985). Os portos brasileiros, argentinos e sul-africanos tornaram-se pontos estratégicos não



apenas para o comércio, mas também para a projeção naval britânica e o controle das rotas em direção ao Índico e ao Pacífico (Penha, 2011).

Essa configuração consolidou a condição periférica do Atlântico Sul, onde as elites locais encontravam vantagens em associar-se ao capital britânico, mas sem romper a subordinação estrutural que limitava a autonomia dos Estados da região. Assim, a *Pax Britannica* não apenas moldou o espaço atlântico como uma zona de estabilidade relativa, mas também reforçou as hierarquias do sistema internacional, estabelecendo bases que condicionariam as disputas hegemônicas subsequentes.

A crise da hegemonia britânica se deu a partir da ascensão de novas potências industriais e da perda gradual de poder político e econômico do Reino Unido, que não conseguiu seguir organizando o Sistema, havendo a partir disso maior competição entre as potências e uma corrida imperialista para as áreas ainda não integradas ao espaço capitalista, submetendo-as à condição de periferia. O desgaste da hegemonia britânica passa a ser verificado na incapacidade do sistema de Viena em conter as rivalidades intercapitalistas⁵, que desencadearam as duas Grandes Guerras Mundiais, as quais representaram um momento de crise geral⁶ (Lênin, 2021).

O jogo de poder mundial havia mudado no fim do século XIX, pois, novos atores poderosos surgiram – a Alemanha, os Estados Unidos (EUA) e o Japão – e buscavam expandir seus impérios industriais, competindo com a Grã-Bretanha. O declínio relativo da hegemonia da Grã-Bretanha era patente: o Estado não era mais a “oficina do mundo” e sua marinha também perdeu seu status de incontestável. Por conseguinte, o desenvolvimento da acumulação capitalista em outras regiões levou os Estados em competição para conflitos inevitáveis, os quais foram a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (Hobsbawm, 2017).

⁵ Para Kennedy (1991) a obtenção de poder pelos alemães no teatro europeu e, em seguida, mundial foi fundamental para a derrocada da Ordem liberal britânica e, mais que isso, o Reino Unido também teve de lidar com a ascensão da robusta economia dos Estados Unidos, que passaram a ocupar o centro da economia mundial. Esse período de crise e transição transformou as estruturas de poder internacional e culminou em um momento de absoluto caos sistêmico, que Hobsbawm (1995) considera como a era da “guerra total”, que se estendeu desde meados de 1914 até o final da II Guerra Mundial em 1945.

⁶ Arrighi (2013, p. 30) apresenta o caos sistêmico como “uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização [...] e à medida que aumenta, a demanda de ‘ordem’ tende a se generalizar cada vez mais”. Esses momentos de absoluto colapso das estruturas político-econômicas são uma das principais características estruturais do Sistema Mundial Moderno, que se forma e se expande a partir dessas recorrentes crises e transformações que marcam a ascensão e a derrocada das Ordens hegemônicas e do Estado ou dos Estados líderes dessas Ordens (Wallerstein, 2001).



Em processo de crescimento, os Estados Unidos tiveram plena liberdade de expansão pelas Américas. Por outro lado, seu envolvimento militar no teatro europeu foi retardado o máximo possível. Somente após substituir a influência britânica nas Américas, onde assumiram a posição de principal investidor, e terem se tornado os principais credores da Europa, os Estados Unidos se envolveram diretamente na Primeira Guerra Mundial em 1917, a fim de salvar seus principais clientes devedores, Inglaterra e França, e combater a ameaça naval e submarina que a Alemanha apresentava (Visentini; Pereira, 2012).

A Paz de Versalhes e a Liga das Nações revelaram-se frágeis desde o início, incapazes de sustentar a ordem internacional no pós-Primeira Guerra. Em concordância com Arrighi (2013), compreende-se que se a Primeira Guerra desintegrou as estruturas criadas ao longo do século XIX, a Liga das Nações representou uma tentativa de restabelecimento dessa ordem, mas sem sucesso, pois a condições haviam se alterado e as estratégias de organização não eram mais efetivas. No entanto, ainda segundo o autor, deve-se ter em vista que o fim de uma hegemonia não implica na imediata substituição por uma nova.

As duas grandes guerras e a crise de 1929 permitiram que os recursos da hegemonia decadente fossem direcionados para a hegemonia em ascensão, por intermédio da venda de suprimentos de guerra. Para além disso, o isolacionismo relativo norte americano nas disputas internacionais, ao deixar essa tarefa para os britânicos, possibilitou que os EUA garantissem os benefícios do poder imperial sem arcar com os custos. Dessa forma, o autor conclui que a *Pax Americana* (1950-1970) surge após a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e a consolidação da URSS criarem as condições para a Guerra Fria, terminando a transição em 1950. A superioridade econômica e militar, especialmente naval, permitiu a consolidação de uma nova ordem internacional, amparada pela criação da Organização das Nações Unidas e das instituições financeiras e comerciais de Bretton Woods, deslocando o eixo central do sistema-mundo capitalista da Europa para os Estados Unidos.

Nesse cenário, no Atlântico Sul, a porção sul americana destacou-se como uma das primeiras regiões a sentir a transição hegemônica do Reino Unido para os Estados Unidos. Ainda nas primeiras décadas do século XX, a influência econômica norte-americana já havia suplantado a britânica no comércio e nas finanças, processo intensificado após a Segunda Guerra. Apesar de



alguns países buscarem alternativas para evitar a plena subordinação ao liberalismo norte-americano, o contexto imediato do pós-guerra possibilitou a consolidação da hegemonia estadunidense, que estruturou uma ordem internacional conivente com seus interesses e consolidou sua preeminência política e econômica na região.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento da posição das metrópoles coloniais na África, os movimentos nacionalistas africanos encontraram condições favoráveis para reivindicar independência. Este processo de descolonização do continente africano não era contrário aos interesses estadunidenses, pois a abolição de qualquer forma de protecionismo correspondia às demandas de expansão, exportação e investimentos de suas empresas, em pleno processo de transnacionalização (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2022).

Assim, a inserção do continente na ordem internacional pós-guerra ocorreu de forma subordinada, pois a hegemonia estadunidense buscava expandir seus interesses econômicos nos novos Estados independentes, pressionando-os a liberalizar suas economias e abrir espaço para investimentos externos. Dessa forma, ainda que a independência política tenha sido conquistada, ela resultou em uma continuidade da lógica de subordinação característica da economia-mundo capitalista, agora sem a necessidade de controle colonial direto e com mediação das antigas potências europeias, que mantiveram influência neocolonial sob a proteção norte-americana (N'krumah, 1967).

Para os Estados Unidos, o continente africano e o Oceano Atlântico Sul eram dotados de caráter estratégico, pois, uma vez que constituíam a periferia de seu sistema, transformaram-se em espaço suscetível às disputas com a superpotência rival. Nesse sentido, os Estados Unidos priorizavam a contenção de revoluções e da influência soviética, apoiando regimes aliados e intervindo de maneira direta ou indireta em processos políticos considerados uma ameaça à ordem liberal na África e nas Américas.

No caso da África Atlântica, a relevância estratégica se ampliou justamente por sua conexão direta com o Atlântico Sul, espaço vital para a manutenção da ordem da Guerra Fria. A região reunia duas dimensões complementares: de um lado, países como Nigéria e Angola, centrais para o abastecimento energético do ocidente pela sua produção de petróleo; de outro, as rotas marítimas que cruzavam o Atlântico Sul, essenciais para a segurança energética e para a circulação



de mercadorias entre África, Américas e Europa (Penha, 2011). Assim, o Atlântico Sul consolidava-se como um flanco estratégico do ocidente, tanto para conter avanços soviéticos no continente africano quanto para assegurar a projeção de poder dos Estados Unidos em sua área de influência hemisférica.

DINÂMICAS DE PODER NO ATLÂNTICO SUL NO PÓS-GUERRA FRIA: ENTRE CONTINUIDADE E TRANSFORMAÇÃO

Com a dissolução da União Soviética no início dos anos 1990, o fim da Guerra Fria representou também o fim da Ordem bipolar e, conseqüentemente, da *Pax Americana*, levando assim a um novo período de transição e crise no Sistema Internacional. Apesar de muitos preconizarem a desintegração da União Soviética como uma vitória dos Estados Unidos, resultando na constituição de uma superpotência – cujos princípios seriam difundidos pelo mundo em uma “segunda fase” da *Pax Americana* –, a realidade se mostrou oposta (Mearsheimer, 2001; Wallerstein, 2006). Emmanuel Todd (2004) entende que hoje há uma relação inversa na qual os Estados Unidos não são mais politicamente fundamentais como liderança mundial e, ao contrário, passaram a depender economicamente do resto do mundo.

O que se observa a partir dos anos 1990 é o latente declínio do poder americano e de sua capacidade de ordenar o Sistema Internacional (Wallerstein, 2004). As análises que defendem a unipolaridade ignoram o fator da diluição do poder mundial. Ou seja, no âmbito militar os Estados Unidos seguem sendo a principal potência, no entanto, em outros setores, como o econômico, há uma reversão da posição de principal credor mundial para a de principal devedor, sendo superado pela China, que nas últimas décadas vem obtendo resultados impressionantes no setor econômico e social (Arrighi, 2007).

Assim como aconteceu com os hegemons anteriores que declinaram, o Sistema Internacional expandiu-se e complexificou-se de tal sorte que o hegemon já não detém mais a capacidade e os recursos necessários para que exerça a hegemonia (Van Der Pijl, 2018). Assim, presencia-se um momento em que há a ausência de uma hegemonia, ou seja, de um ator capaz de ordenar o Sistema e impor uma Ordem. Ainda, o momento de crise e transição sistêmica atual abre a



possibilidade para a ascensão de novos pólos de poder que direcionam o Sistema Internacional para uma Ordem Multipolar (Visentini, 2019; Fiori, 2024).

Desta forma, o século XXI, até o momento, mostra-se como um século instável, palco de um reordenamento do Sistema em cujo ator hegemônico mostra-se decadente (Todd, 2024), sem rumo ou capacidade de liderança, intransigente na aceitação de sua nova realidade e profundamente militarizado (Wallerstein, 2006; Todd, 2004; Mearsheimer; 2019). Observa-se, portanto, o desenvolvimento de uma multipolaridade instável, baseada na ascensão/organização do poder mundial em quatro eixos de poder conforme demonstrado por Visentini (2025, p. 175): militar-rentista anglo-saxão, industrial-desenvolvido, industrial emergente e agrário, mineral e demográfico periférico.

O fim da bipolaridade representou também o enfraquecimento do terceiro mundismo como movimento que se organizava com o fim de aumentar o poder de barganha desse espaço periférico, sendo substituído por tentativas de integração regional nem sempre bem sucedidas. Nesses espaços as vulnerabilidades socioeconômicas e as tensões sociais são mais explícitas, resultando em instabilidades políticas. A posição que esse espaço ocupa como uma periferia fornecedora de recursos faz dele palco de disputas entre as antigas potências e os países emergentes. Assim, podemos identificar a África e o Atlântico Sul, praticamente todo o Entorno Estratégico nacional, dentre os espaços que Visentini (2019) aponta como Estados e regiões pivô da periferia. Para o autor, o Atlântico Sul representa um importante ponto de passagem sob discreto controle britânico enquanto na África, o Golfo da Guiné se destaca pelos seus recursos energéticos que lhe conferem uma importância estratégica para as antigas e para as emergentes potências.

O espaço sul-atlântico encontra-se, novamente, em um momento de valorização estratégica no qual atores em ascensão buscam se inserir na região enquanto atores em declínio buscam reforçar sua posição neste espaço (Pereira, 2013). Observa-se a presença de três grandes atores externos na região: OTAN (com destaque para Reino Unido, EUA, França e para a discreta presença de Portugal, via CPLP), China e Rússia (González, 2018). Dessa forma, a ausência de uma ordem definida flexibiliza antigas zonas de influência antes rigidamente estabelecidas, intensificando a disputa por recursos e apoio. Nesse contexto, a presença de novas potências extrarregionais no



Atlântico Sul, como China e Rússia, desafia a exclusividade historicamente exercida por atores ocidentais nessa área (Pereira, 2016).

A presença britânica na região remonta ao período de sua hegemonia, consolidando sua presença no Atlântico Sul a partir do domínio de territórios insulares nesse espaço. Além de ocuparem as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (em disputa de soberania com a Argentina) também estão presentes na Ilha de Ascensão e na Ilha de Santa Helena. Essa presença forma um verdadeiro “cinturão” entre o Brasil e a África e entre o Atlântico Sul e a Antártica. Ainda, a presença britânica não vem sozinha, representando a presença da própria OTAN neste espaço.

O estabelecimento do AFRICOM (2007), assim como a reativação da IV Frota (2008), cristaliza uma série de políticas adotadas para garantir o interesse dos Estados Unidos na região, como o o programa *Africa Partnership Station 2010*, a I Cúpula EUA-UA (2014) e uma série de visitas de alto nível ao continente, sendo que em todos os documentos, ações e discursos o tema da segurança marítima, assim como o combate ao terrorismo estava na agenda (González, 2018; Fituni; Abramova, 2010).

Recentemente, a atualização da *National Security Strategy* e da *National Defense Strategy* em 2025 e 2026, respectivamente, reiteraram a centralidade do hemisfério ocidental para a “restauração sensata e eficaz do poder e das prioridades estadunidenses” (EUA, 2025, p. 15). Trata-se de uma reafirmação da América Latina como principal esfera de influência dos EUA, com ênfase na contenção e reversão da presença de China, Rússia e demais competidores externos no hemisfério. A *National Defense Strategy* (EUA, 2026) traduz essa orientação ao prever o reforço da presença militar, da cooperação em defesa e da capacidade de projeção naval, indicando a disposição de sustentar essa primazia também por meios coercitivos. Nesse contexto, o Atlântico Sul é incorporado de forma indireta como parte desse espaço estratégico mais amplo e prioritário à atuação estadunidense.

A presença francesa na região do Golfo da Guiné remonta ao final da década de 1990, com o estabelecimento da *Mission Corymbe*, que permanece atuando na região (González, 2018; Schmidt, 2013). Os franceses se fazem presentes no Atlântico Sul por meio da Guiana Francesa, território ultramarino que constitui, na prática, um remanescente do império colonial francês na América do Sul. Essa presença permite à França resguardar seus interesses nas regiões amazônica,



caribenha e sul-atlântica. Entretanto, a tradicional e consolidada influência francesa na África Ocidental e no Sahel, que também contribuía para sua projeção no Atlântico Sul, tem enfrentado significativos reveses. A queda de regimes aliados, substituídos por governos militares com amplo apoio popular, reflete uma reação a anos de subordinação aos interesses franceses em detrimento das agendas nacionais. Esse processo pode ser observado em países como Burkina Faso, Níger, Guiné, Mali e Gabão.

Além disso, observa-se, mais recentemente, um movimento de retração da presença militar francesa no continente africano, expresso no fechamento ou na reconfiguração de bases tradicionais na África Ocidental, como nos casos de Senegal e Costa do Marfim, ambos em 2025, onde instalações antes utilizadas como pontos de apoio permanentes vêm sendo desativadas ou transferidas ao controle local. Em relação à Costa do Marfim, a França negociou a permanência de uma unidade militar menor, ainda que permanente, cuja função vem a ser a coordenação com forças locais em operações de treinamento e a manutenção da capacidade de projeção de forças (França, 2025). Esse processo indica uma adaptação da estratégia francesa diante de crescentes constrangimentos políticos e da contestação à sua presença, reduzindo sua capacidade de projeção direta e contínua na região, ainda que sem representar um abandono completo de seus interesses estratégicos, o que indica a possibilidade de retorno militar no continente (Griffin, 2026).

Às potências extrarregionais de presença histórica e posição intervencionista, somam-se, igualmente, China e Rússia. Nota-se que a reaproximação russa e a aproximação chinesa com o continente africano tiveram início no final dos anos 1990, em um momento no qual o espaço africano e sul-atlântico perdia valor estratégico, sendo relegado a um segundo plano pelas potências ocidentais (Visentini, 2013). O estado chinês valeu-se dessa condição de vazio estratégico, logrando se inserir sem maiores problemas na região, por meio de parcerias comerciais e aliados políticos e se consolidou, hoje, como o principal parceiro econômico do continente africano. Ainda, a China se projetou na região do Golfo da Guiné com investimentos⁷ em infraestrutura e concessão de empréstimos (Alden, 2007).



Respeitando a não interferência em assuntos internos, a China busca parcerias cooperativas com países africanos, combinando apoio militar⁸ com investimentos econômicos e acordos comerciais estratégicos para consolidar sua influência na região.

Moscou, por sua vez, herdeiro da União Soviética – e na África especialmente de seu capital diplomático – intensificou as relações com os antigos parceiros africanos a partir dos anos 2000. O gigante eurasiático, no entanto, não dispõe da mesma pujança econômica que o Estado chinês, e sua presença no Golfo da Guiné se dá, principalmente, por meio do comércio de armamentos, fundamental para a estabilização da região, e com a inserção de empresas russa dos setores de mineração e energia (Fituni; Abramova, 2010; Visentini, 2022).

O norte da atuação russa no Atlântico Sul e na costa oeste africana está delineado em documentos como o “Conceito de Política Externa da Federação Russa” (Russian Federation, 2023) e a “Doutrina Marítima Russa” (Russian Federation, 2022), sendo Angola e África do Sul seus principais parceiros na região. Em sua doutrina marítima (Russian Federation, 2022, p. 8), a Rússia destaca a importância estratégica das “[...] áreas de passagem das comunicações de transporte marítimo mundial, incluindo as que correm ao longo do continente asiático e da costa africana”, abrangendo, assim, a região da Rota do Cabo.

À medida que os atores extrarregionais, tanto ocidentais quanto eurasiáticos, aprofundam gradativamente sua presença no Atlântico Sul, os Estados da região também passaram, a partir do início dos anos 2000, a intensificar seus esforços de projeção externa de forma mais estruturada. Nesse processo, destacam-se sobretudo as potências regionais, notadamente Brasil, África do Sul, Nigéria e Angola⁹. Frente a essas dinâmicas, os Estados sul-atlânticos seguem aprofundando suas

⁷ É válido pontuar que os investimentos em infraestrutura tem objetivos práticos, possibilitando o escoamento da produção africana que interessa ao investidor. Os empréstimos são concedidos com pagamento em *commodities*, atendendo ao interesse dos chineses, que deixam de comercializar em dólar, ou seja, moeda conversível, e dos países africanos, que muitas vezes carecem de reservas em moeda estrangeira e, caso fosse necessário, ver-se-iam impedidos de efetuar os pagamentos (Alden, 2007).

⁸ Um exemplo da atuação chinesa nesse contexto foi sua participação na Operação Regional Maritime Exercise (REMEX) 2022, coordenada pela Marinha da Nigéria e realizada de 30 de maio a 1º de junho. O exercício comemorou o 68º aniversário da Marinha nigeriana e teve como objetivo promover a segurança marítima no Golfo da Guiné. Participaram também Brasil, Camarões e Nigéria, com um total de 17 navios.



relações bilaterais e buscam atribuir maior importância a antigos fóruns como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) (durante o início dos anos 2000) e criar novos espaços e dispositivos de cooperação como a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) que demonstra a possibilidade de integração do espaço do Atlântico Sul e do Oceano Índico como uma opção frente aos novos desafios.

O caso da ZOPACAS é bastante significativo pois o fórum é articulado no final dos anos 1980, em um momento do acirramento dos conflitos periféricos da Guerra Fria. No entanto, pouco tempo após sua articulação, o cenário internacional muda totalmente com a dissolução da União Soviética e do campo socialista somada a desarticulação do Terceiro Mundo com o avanço das políticas liberalizantes. Apesar disso, a organização permaneceu e se adaptou, mantendo-se como dispositivo constituído e pronto para ser convocado sempre que necessário e conveniente. Na reunião de Luanda, em 2007, a ZOPACAS é reativada e, na reunião seguinte em Montevidéu, em 2013, a cooperação em defesa passa a compor a agenda temática do fórum (Silva, 2026).

Entre Montevidéu e o encontro seguinte, na cidade de Mindelo, em 2023, o Brasil passa a promover o exercício naval Guinex, incentivado nos marcos da cooperação em defesa, articulando as marinhas de ambas margens sul-atlânticas. A partir de 2023 há também um grande incremento na cooperação entre o Brasil e os países africanos da ZOPACAS, destacando o papel brasileiro como principal articulador da cooperação em defesa na região. Portanto, a ZOPACAS é a estratégia sul-atlântica que abarca todos os Estados da região e demonstra ser um projeto resiliente, ao permanecer, entre momentos mais e menos ativos, a 40 anos no horizonte desses países. Ao que tudo indica, a organização avança para uma maior institucionalização, restando observar se haverá vontade política para isso, pois capacidade de articulação fica claro que existe (Silva, 2026).

⁹ Em particular, Angola ressalta a importância do Atlântico Sul em seu espaço estratégico de interesse conjuntural, conforme definido no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovados em abril de 2018. Esse espaço é considerado geoestratégico e geopolítico, exigindo atenção especial devido às profundas conexões históricas, geográficas, econômicas e culturais da região.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema internacional contemporâneo encontra-se em um momento de crise e transição sistêmica, caracterizado pelo enfraquecimento da hegemonia vigente e pela redefinição das correlações de poder. A perda de efetividade dos mecanismos de organização que sustentavam a ordem anterior evidencia a emergência de uma nova configuração multipolar, na qual diferentes polos, Estados Unidos, União Europeia, Rússia, China e o chamado Terceiro Mundo, disputam espaços de influência. No pós-Guerra Fria, a estratégia estadunidense de difundir a democracia liberal e expandir a globalização revelou-se, em longo prazo, orientada ao controle político e econômico dos recursos mundiais, como forma de conter o avanço de potências concorrentes.

Nesse contexto, a Eurásia emerge como o principal tabuleiro geopolítico, conforme observa Brzezinski (1997), que adverte para o risco de uma articulação entre Paris, Berlim, Moscou, Pequim e Nova Délhi capaz de desafiar a hegemonia americana. Amin (2006), por sua vez, identifica no arrefecimento das rivalidades europeias uma oportunidade histórica de conter a unipolaridade e promover uma ordem mais equilibrada. Assim, a atual reconfiguração do sistema internacional evidencia não apenas o declínio do paradigma unipolar, mas também a transição para uma estrutura mais complexa e contestada, cujos contornos futuros dependerão do equilíbrio entre cooperação e competição entre esses polos emergentes.

Brzezinski (1997) ressalta ainda a importância de promover o distanciamento entre Ucrânia e Rússia como condição essencial para o enfraquecimento da posição russa enquanto Grande Potência, o que permite compreender mais claramente as motivações subjacentes ao conflito na Ucrânia fomentado pelo Ocidente, bem como a inconsistência — ou subserviência — da postura franco-alemã diante desse cenário. Nessa linha, Kees Van Der Pijl (2018) caracteriza o presente momento histórico como uma “Terceira Guerra Fria”, em que a anglosfera se consolida como um bloco histórico de natureza predatória, financeira e especulativa, empenhado em expandir sua influência.

O Atlântico Sul, portanto, não se configura como o palco central das disputas geopolíticas contemporâneas, mas tampouco se limita a uma área acessória na definição do equilíbrio de poder global. Embora a competição sistêmica se concentre na Eurásia, o resultado dessa disputa tende a ser influenciado por quem exercer controle efetivo sobre o Atlântico Sul. Diferentemente do que



ocorreu sob a Pax Britannica e a Pax Americana, os Estados ribeirinhos dessa região dispõem em totalidade, de forma inédita, de estruturas estatais modernas que garantem efetivamente uma capacidade de agência coletiva, articulada por meio de organismos multilaterais e fóruns regionais politicamente soberanos e dotados de uma ampla rede de parcerias.

Esses países compartilham uma visão comum para o espaço sul atlântico, pautada na consolidação de uma zona de paz e desnuclearizada, aberta ao diálogo com todas as potências extrarregionais. Assim, tratam-se de Estados conscientes de sua relevância estratégica e que, de modo mais ou menos eficaz, têm sabido utilizar essa posição para fins de barganha e projeção no cenário internacional.

A articulação desses atores em torno de exercícios navais, como a operação brasileira Guinex, demonstram o amadurecimento de sua capacidade de atuação conjunta na arena internacional. Isso só se mostra possível a partir da articulação da ZOPACAS que, apesar de muitas análises considerarem um fórum pouco efetivo, demonstra sua importância ao promover gradualmente, ao longo de seus quase quarenta anos de atuação, um espaço de aprofundamento da cooperação entre os Estados ribeirinhos em diversas áreas. A cooperação em defesa entra nesse cenário recentemente, em 2013, na reunião ocorrida em Montevidéu, demonstrando uma clara percepção desses atores de que cooperar em matéria de defesa é fundamental para garantir uma posição soberana na atual fase sistêmica pela qual passamos, sendo somente assim possível a consecução dos objetivos de manutenção da paz e aprofundamento da cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alden, C. (2007) *China in Africa*. London: Zed Books.
- Amin, S. (2006) *Os desafios da mundialização*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Arrighi, G. (2007) *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso.
- Arrighi, G. (2013) *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Arrighi, G.; Silver, B. J. (2001) *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Beny, E. (2007) *A nova geopolítica do petróleo: do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*.



- Brasil. Ministério da Defesa. (2012) *Livro branco de defesa nacional*. Brasília: MD.
- Braudel, F. (1990) *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Braudel, F. (2009) *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Brozowski, F.; Padula, R. (2016) 'A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração na América do Sul', *Austral Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 5, pp. 90.
- Brzezinski, Z. (1997) *Le grand échiquier: l'Amérique et le reste du monde*. Paris: Bayard.
- Câmara, P. E. A. S.; Melo, R. B. de (2018) 'Brasil na Antártica, os próximos 30 anos', *Revista da Escola Superior de Guerra*, 33(68), pp. 64–81. Disponível em: <https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v33i68.982> [Acesso em: 20 fev. 2025].
- Castro, T. (1997) *Atlântico sul: geopolítica e geoestratégia*. Rio de Janeiro: ESG.
- Costa e Silva, A. da (2022) *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Coutau-Bégarie, H. (1985) *Géostratégie de l'Atlantique sud*. Paris: PUF.
- Couto, A. C. (2012) 'A importância estratégica do Atlântico Sul', *Nação e Defesa*, 132, pp. 238–246.
- Cox, R. W. (1981) 'Social forces, states and world orders: beyond international relations theory', *Millennium: Journal of International Studies*, 10(2), pp. 126–155.
- EUA. Estados Unidos da América. Presidente dos Estados Unidos (2025). *The national security strategy of the United States of America*. Washington: The White House. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf> [Acesso em: 04 mai. 2025].
- EUA. Estados Unidos da América. Departamento de Guerra. (2026). *National Defense Strategy*. Washington: Department of War. Disponível em: <https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY.PDF> [Acesso em: 04 mai. 2025].
- Fiori, J. L. (2024) 'A crise aguda e o declínio crônico do Ocidente', *Boletim de Conjuntura – Observatório Internacional do Século XXI*, (5), pp. 7–10.



- Fituni, L.; Abramova, I. (2010) *Resource potential of Africa and Russia's national interests in the XXI century*. Moscow: Institute of African Studies.
- França. (2025). *Détachement de liaison interarmées en République de Côte d'Ivoire (DLIA-I)*. Paris: Ministère des Armées et des Anciens combattants.
- Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (2009) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- González, Y. S. (2018) *África occidental: crisis vs estabilidad política*.
- Griffin, C. (2026). Sub-Saharan Africa and French National Security. *Journal of Central and Eastern European African Studies*, 6(1), 77–98. Disponível em: <https://doi.org/10.12700/jceeas.2026.6.1.452> [Acesso em: 04 mai. 2025].
- Halliday, F. (1989) *Cold war, Third World: an essay on Soviet-US relations*. London: Hutchinson Radius.
- Halliday, F. (2007) *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Hobsbawm, E. (2017) *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (1995) *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lênin, V. I. (2021) *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Kennedy, P. (1991) *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus.
- Mearsheimer, J. J. (2019) 'Bound to fail: the rise and fall of the liberal international order', *International Security*, 43(4).
- Merle, M. (1987) *The sociology of international relations*. Hamburg: Berg Publishers.
- Mesa, B. (2024) *El fracaso de occidente en África: la nueva amenaza que no queremos ver*. Córdoba: Editorial Almuzara.
- Nadzharov, A. M.; Entina, E. G. (2023) 'Franco-Russian great power rivalry in the Sahara-Sahel region', *Russia in Global Affairs*, 21(3), pp. 181–204.
- Nkrumah, K. (1967) *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Penha, E. A. (2011) *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA.



- Pereira, A. D. (2013) 'O Atlântico Sul, a África Austral e a América do Sul: cooperação e desenvolvimento', *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 2(4), pp. 33–47.
- Pereira, A. D. (2016) *O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento*. In: Visentini, P. G. F.; Migon, E. X. F. G.; Pereira, A. D. A (in) *segurança da África e sua importância para a defesa do Brasil*. Porto Alegre: NERINT-UFRGS/LED/ECEME.
- Pimentel, C. R. (2016) 'O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul', *Tensões Mundiais*, 12(22), pp. 113–143.
- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013) *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale.
- Renouvin, P.; Duroselle, J.-B. (1967) *Introduction to the history of international relations*. Paris: Librairie Armand Colin.
- République Française. (2021) *Ministère des armées: dossier de presse sur l'opération Corymbe*. Paris.
- Rodrigues, J. H. (1964) *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Russian Federation. (2022) *The maritime doctrine of the Russian Federation*.
- Russian Federation. (2023) *The concept of the foreign policy of the Russian Federation*.
- Silva, Lucca Medeiros da. *Cooperação do Brasil-África em defesa: a Zopacas como mecanismo dissuasório frente aos desafios do século XXI no espaço sul-atlântico*. 2026. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/15845>. Acesso em: 10 maio 2026.
- Torres Filho, E. T. (2022) 'Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica', *Oikos*, 21(2), pp. 73–85.
- Todd, E. (2004) *Après l'empire*. Paris: Gallimard.
- Todd, E. (2024) *La défaite de l'occident*. Paris: Gallimard.



- Torres Filho, E. T. (2022) 'Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica', *Oikos*, 21(2), pp. 73–85.
- U.S. Africa Command (Africom). (2023) *African security in a global context: statement of General Michael E. Langley, United States Marine Corps commander, before the U.S. Senate*. Washington.
- Van der Pijl, K. (2018) *Flight MH17, Ukraine and the new cold war: prism of disaster*. Manchester: Manchester University Press.
- Visentini, P. F. (2025) 'A multipolaridade instável: construindo um conceito da transição sistêmica e suas alianças fluídas', *Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa*, 2(1), pp. 173–183.
- Visentini, P. G. F. (2019) *Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica*.
- Visentini, P. G. F. (2022) *O desafio do oriente na crise do ocidente: estudos sobre a conjuntura e a estrutura (2019-2021)*. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia.
- Visentini, P. F.; Pereira, A. D. (2012) *Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. 3ª ed. Brasília: FUNAG.
- Visentini, P. F.; Ribeiro, L. D.; Pereira, A. D. (2022) *História da África e dos africanos*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Wallerstein, I. (2006) *A doutrina Bush: um ensaio interpretativo*. In: Visentini, P. G.; Wiesebron, M. (orgs.). *Neohegemonia americana ou multipolaridade: pólos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Wallerstein, I. (2005) *Africa: the politics of unity*. New York: Bison Books.
- Wallerstein, I. (2001) *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Wallerstein, I. (1979) *El moderno sistema mundial*. México: Siglo XXI.
- Wallerstein, I. (2004) *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Wallerstein, I. (1974) *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press.



Li, X.; Zhang, C.; Zhang, M. (2017) *China's role in peace and security cooperation in the Gulf of Guinea region*.

